

## **História e literatura em Nelson Werneck Sodré**

**Alexandre Manuel Esteves Rodrigues<sup>1</sup>**

**Resumo:**

*Este trabalho procura realizar um estudo sobre a relação entre história e literatura na obra de Nelson Werneck Sodré. Considera-se que a análise do itinerário do livro História da Literatura Brasileira, em suas principais edições revistas e ampliadas, permitirá elucidar algumas das continuidades e descontinuidades do próprio pensamento do historiador marxista, bem como suas reflexões sobre a importância do processo de constituição e desenvolvimento de uma produção literária nacional.*

**Palavras-chave:** História, literatura, Nelson Werneck Sodré.

**Abstract:**

*This paper seeks to conduct a study on the relationship between history and literature in the work of Nelson Werneck Sodré. It is considered that the analysis of the itinerary of the book History of Brazilian Literature, in its main editions revised and expanded, will elucidate some of the continuities and discontinuities of thought itself the Marxist historian, and his reflections on the importance of the constitution and development of a national literary production.*

**Keywords:** history, literature, Nelson Werneck Sodré.

Meu povo e meu poema crescem juntos  
como cresce no fruto  
a árvore nova  
(...)  
No meu povo meu poema está maduro  
como o sol  
na garganta do futuro  
(Ferreira Gullar, “Meu povo, meu poema”)

Na extensa produção intelectual do historiador, militar e marxista Nelson Werneck Sodré (1911-1999), o livro de estréia, *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*, merece especial atenção anuncia uma temática que constituirá um marco importante de sua obra: a relação entre História e Literatura. Publicado no ano de 1938, pelas Edições Cultura Brasileira, de São Paulo, o livro, com 27 capítulos e 246 páginas, expressa o acúmulo consolidado por um jovem que vinha colaborando no *Correio Paulistano* desde o segundo semestre de 1934. Em meio a essa colaboração, começou a escrever, em outubro de 1936, o rodapé de crítica literária

para o mesmo periódico. Nas suas memórias, o autor relata que o subtítulo do livro seria “Seus Fundamentos Materialistas”, mas, em função da forte repressão policial e motivado por um episódio que alertara para a dificuldade de manter o subtítulo originalmente proposto, ele o rediscute com o editor Galeão Coutinho. O episódio foi o seguinte:

Poucos dias antes, noticiavam os jornais, um cidadão fora preso, no Rio, porque sobraçava um livro de crítica a *O Capital*, de Marx. Só fora posto em liberdade, no DOPS, quando alguém mostrou ao delegado que a obra era contra Marx. Isso podia. A favor de Marx, estudando Marx, dava cadeia<sup>2</sup>.

O autor e seu editor acabaram optando pelo subtítulo “Seus Fundamentos Econômicos”. Entretanto, nas suas memórias, Nelson Werneck Sodré faz uma avaliação, seguramente motivada pela recepção e crítica da obra no decorrer dos anos, acerca do “inconveniente fundamental” promovido pela mudança de subtítulo: “induzir a erro o leitor e permitir que outros admitissem esse erro, também, atribuindo-o ao autor, isto é, que este aceitasse uma relação direta e mecânica entre economia e a cultura literária”. Ademais, esse inconveniente permitira que se “encarasse o marxismo como reduzido a um simples economicismo”. Ainda assim, o subtítulo vigorou por muito tempo pelo fato de seu autor acreditar que ele “havia sido incorporado à existência do livro e já não lhe causa tanto prejuízo”<sup>3</sup>.

A década de 1930 é marcada no cenário intelectual pelo surgimento de interpretações sobre o Brasil com as obras *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda<sup>4</sup>. Antônio Cândido afirma que os livros citados de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, podem ser considerados “chaves”, pois “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”. Uma vez comparada a esses livros, a obra de Oliveira Viana, “por tantos aspectos penetrante e antecipadora”, “já parecia superada”<sup>5</sup>.

No seu livro de estréia, Nelson Werneck Sodré defende que “nada caracteriza melhor os tempos que correm do que o gosto, cada vez mais difundido e generalizado, pelos estudos históricos e sociais”. Acredita que esses estudos estão se apresentando “em bases mais sólidas” e com “uma visão mais realista dos problemas humanos”<sup>6</sup>. Ao avaliar alguns desses trabalhos, demonstra que determinadas influências não haviam ainda sido superadas:

Os estudos sociais e políticos que constituem toda a obra de Oliveira Viana, firmam-se como mais sólidos que possuímos. A sua reconstituição do nosso desenvolvimento histórico, guarda uma linha severa de realismo; é, sem dúvida o fruto de uma pesquisa conscienciosa. A contribuição jornalística e os poucos livros de Azevedo Amaral representam um cabedal de análise do mais alto valor. O livro de José Maria dos Santos sobre um dos períodos da vida nacional, embora escrito para defender um ponto de vista, revelou o pulso de um vigor – comentador e narrador. A obra histórica de Manoel Bonfim, conquanto unilateral e falha em alguns pontos, representa esforço digno de apreço na reconstituição do nosso desenvolvimento como país. A síntese de Ronald de Carvalho sobre a nossa história literária fez-se livro indispensável e lúcido, escrito com maestria e segurança.<sup>7</sup>

O livro *História da Literatura Brasileira* tem uma segunda edição em 1940, pela editora José Olympio, passando a ter 30 capítulos e 258 páginas. O acréscimo de três capítulos não implicou uma significativa revisão das elaborações anteriormente apresentadas. Poucos anos depois, ainda recebe uma firme defesa em outro livro do autor, *Síntese do desenvolvimento literário*, de 1943, no qual ele diz não estar surpreso com “a incompreensão quase geral” devido à diferença daquele com o “entendimento vulgar” da matéria<sup>8</sup>.

Este livro de 1943 se inicia com um verdadeiro alerta contra uma “perigosa amputação” que pode ser considerada como “um dos erros mais acentuados” dos estudos sobre o desenvolvimento literário brasileiro: a sua “ausência de apoio e enquadramento desses quadros sucessivos no próprio desenvolvimento histórico nacional”. Ao criticar o “gênero biográfico” e o “critério nominativo” nos estudos literários, denuncia a rígida separação entre o “desenvolvimento mental” e “as características sociais que o conduziram”. Com isso, procurava legitimar o seu empenho, mediante uma abordagem “materialista”, em dar um tratamento mais sistemático à inserção histórica de nossa literatura<sup>9</sup>

De fato, a publicação de *Síntese do desenvolvimento literário* teve como um importante elemento motivador a necessidade sentida pelo seu autor de rebater as críticas sofridas pela *História da Literatura Brasileira*. Uma forma de resposta aos críticos não cabia como apêndice ao livro, já reeditado em 1940. Assim, ele preferiu fazer um ensaio específico para explicar “porque seria mais fácil, e mais real, escrever a história sem nomes próprios do que fazê-las com eles, tão somente”. Por isso, sentencia a inexistência de uma síntese do desenvolvimento cultural nacional, incapaz de ser oferecida pelo simples arrolamento ou catalogação de nomes, datas ou mesmo temas típicos de um “sibaritismo literário”<sup>10</sup>.

O livrinho não tem outro mérito. Serve – mas isso não foi notado – para provar quão fracos eram ainda os meus conhecimentos de materialismo histórico e de dialética marxista para tratamento de fenômenos e processos tão complexos como os de criação literária e de sua história nacional.<sup>11</sup>

Em 1945, Nelson Werneck Sodré ultrapassa a sua primeira década de atividade literária e uma nova época se abre com a reorganização do mundo no pós-guerra e o colapso do Estado Novo no Brasil. É uma época de mudanças, propícia para a realização de um balanço do itinerário intelectual e promoção das mudanças decorrentes<sup>12</sup>. A forte seqüência de composições e publicações de livros desde a primeira edição de *História da Literatura Brasileira* (1938) até *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945) é interrompida. O autor só retoma a atividade pela qual vinha se notabilizando com *Introdução à revolução brasileira*, de 1958.

Nesse período de mudanças, deve-se considerar o seu ingresso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o debate proporcionado pelos adeptos do nacional-desenvolvimentismo que propugnavam reforçar os segmentos mais dinâmicos e modernos da economia, impulsionando a industrialização e as reformas sociais necessárias. Caio Navarro de Toledo vai situá-lo, diferenciando-o do “nacionalismo burguês postulado por Jaguaribe e, em certa medida, por Guerreiro Ramos” e identificando-o com um “nacionalismo de orientação popular e democrática” como o de Vieira Pinto<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo, convém considerar também a mudança de orientação política do PCB, que vai ganhando terreno a partir do impacto causado pelo XX Congresso do PCUS e se consolidando nas principais proposições da *Declaração de Março* de 1958. Tal orientação seria, posteriormente, reafirmada no V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960. Na *Declaração de Março*, encontra-se uma avaliação positiva do desenvolvimento econômico do Brasil. O desenvolvimento capitalista nacional é considerado um elemento progressista na nossa dinâmica econômica e conflitante com os setores atrasados da economia, estando o exemplo mais simbólico na chamada relação semifeudal no campo, e com o imperialismo norte-americano. Conforme o texto oficial, “este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece”<sup>14</sup>.

Por sua vez, o processo de democratização também não é linear, sofrendo, em determinados momentos, retrocessos ou interrupções, mas, sobretudo, é claramente posto como uma tendência permanente. A situação internacional é marcada, nos termos do documento, pelo

ascenso do socialismo e dos movimentos pela paz e de libertação nacional em todo o mundo, permitindo o crescimento das forças antiimperialistas e democráticas.

(...) a Declaração de Março de 1958 (...) representa o início de uma nova fase na vida do partido, redefinido a compreensão que os comunistas tinham do movimento democrático e nacionalista, da política de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo. E é inegável que, a partir dela, o PCB passou a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira.<sup>15</sup>

Não por acaso, vai ser na terceira edição da *História da Literatura Brasileira*, de 1960, lançado pela José Olympio, que encontramos mudanças significativas tanto na forma (ampliada) quanto no conteúdo (revisto). Essas mudanças são decorrentes principalmente do aprofundamento da teoria marxista que realiza no decorrer dos anos 1950, superando as influências de materialistas vulgares como Haeckel e Buechner, e da própria reformulação em curso dos estudos acerca das formações econômico-sociais brasileiras que realiza com grande impacto a partir dos anos de 1960. Nessa edição revista, aparece também uma utilização pioneira do marxista húngaro Georg Lukács, o qual classifica como um “crítico autorizado”<sup>16</sup>.

O livro ganha uma introdução com sólido referencial teórico e longas notas em todos os capítulos. Cumpre destacar que, nas edições anteriores, não há citação ou referência a autores marxistas. Na sua terceira edição, o referencial teórico marxista é explícito e o trabalho se apresenta dividido nas seguintes partes: “Introdução”, “Literatura colonial” (contendo em seis capítulos), “Esboço de literatura nacional” (contendo catorze capítulos) e “Literatura nacional”. Na sua sétima edição, a última parte foi ampliada (contendo desde então dois capítulos), a bibliografia atualizada e o subtítulo (“Seus Fundamentos Econômicos”) deixou de integrar livro. Essa tem sido a sua composição nas sucessivas reedições.

Na sua introdução, retoma a discussão acerca da inserção da literatura no processo histórico. Começa o trabalho com a observação de Oliveira Viana sobre duas ausências nas obras dos “velhos historiadores”: o povo e o meio cósmico (ambiente físico). Recusando o “poderoso determinismo” que o ensaísta citado atribui ao segundo aspecto, Nelson Werneck Sodré critica esse mesmo ensaísta por ter se distanciado dessas sentenças no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Essas mudanças não comprometem uma certa continuidade da crítica, melhor qualificada, acerca do tratamento de “figuras, gêneros e correntes como tendo uma vida autônoma”. Ressalta

a contribuição de Sílvio Romero e José Veríssimo em função de procurarem compreender as íntimas relações entre as manifestações literárias e a vida social. Entretanto, acredita que eles “trabalharam empiricamente”. “Dos que vieram depois desses mestres pouco se poderia escrever”.

17

A avaliação das diferenças das obras produzidas por Sílvio Romero e José Veríssimo é aprofundada e diferenciada. Na primeira edição, de 1938, o autor toma partido em favor de Sílvio Romero, acusando José Veríssimo de possuir “menos recursos” para o exercício da crítica literária. Chega a afirmar que os estudos desenvolvidos por Veríssimo “são como certas águas, maiores em superfície do que em profundidade, mas essa superfície, que aqui não quer dizer precariedade de talento, guarda, muita vez, limpidez e fulguração”. E assim completa a sua comparação:

José Veríssimo não sabia aprender bem as causas profundas que ocasionam as súbitas mudanças na vida de um povo. Nunca soube, como Sílvio Romero, situar as personagens no tempo, filiá-las a uma dada corrente histórica e social, dando a indicação segura dos fundamentos da escola ou da tendência estudada. Nesse ponto, essencial como nenhum outro, Veríssimo foi apressado e descuidado. Não se importou mesmo com isso. Faltou-lhe o lastro filosófico que foi o alicerce da obra de Romero<sup>18</sup>.

A partir da terceira edição, de 1960, encontramos uma caracterização de Sílvio Romero como “destinado mais à história do que à crítica”, apresentando “deficiência de julgamento” no que diz respeito a determinadas obras literárias. No terreno próprio da crítica, “o árbitro (...) foi realmente José Veríssimo”. A avaliação anterior é revista da seguinte maneira:

Embora não tivesse os recursos que distinguiram Sílvio Romero para situar o fenômeno literário no conjunto do desenvolvimento histórico e social, não deixou de sentir e de focalizar em sua obra as influências do meio. Como trabalho sistemático, a crítica de José Veríssimo foi de grande utilidade em nossas letras e corresponde inteiramente ao movimento que motivou a projeção dos mais importantes autores e obras que nela figuram.

Os seus estudos constituem, por isso tudo, um dos mais preciosos mananciais de consulta, e guardam uma atualidade e um interesse que lhes assinalam o valor. Embora tenham surgido, naquela fase, trabalhos isolados de importância e o longo labor de Sílvio Romero, a crítica de José Veríssimo é que retrata bem o ambiente das letras brasileiras e representa uma justa avaliação de figuras e obras. Nela, os erros são raros e diluem-se nas proporções e comedimento, na parcimônia do paraense, que sabia discriminar as correntes em voga, mostrar-lhes os motivos, as origens e os rumos, sentir a repercussão dos

modelos externos e compreender a importância relativa de muito que parecia grandioso aos olhos dos contemporâneos.<sup>19</sup>

Essas diferenças apontadas na avaliação das obras de Silvio Romero e José Veríssimo são condizentes com uma releitura que expressa o aprofundamento teórico obtido acerca da relação entre história e literatura. Ao mesmo tempo, o autor não deixa de dar prosseguimento na denúncia dos críticos e dos historiadores da literatura que, em grande medida, analisaram o fato literário de maneira unilateral, esvaziando-o de seu conteúdo histórico e social, reduzindo a história à circunstância biográfica. Confirma a sua análise apoiando-se, dentre outras, na seguinte citação de Lukács: “a essência e o valor estético das obras literárias, e também de sua ação, é uma parte daquele processo geral e unitário pelo qual o homem se apropria do mundo mediante a sua consciência”<sup>20</sup>.

Um dos problemas que o autor procura resolver é o enquadramento da sucessão de obras, autores e escolas literárias sem se render a “critérios exclusivamente estéticos”. Acredita que a própria periodicidade proposta “padece desses critérios essencialmente arbitrários, distanciados da realidade”. Ao mobilizar referências para propor a periodicidade que justifica as partes que compõem o livro, ele cita “Instinto de Nacionalidade”, de Machado de Assis, e José Veríssimo por ter relacionado autenticidade e participação. Trata-se, pois, de estabelecer uma periodicidade capaz de contemplar o desenvolvimento histórico do processo de elaboração e afirmação da literatura nacional.

É nesta fase que vamos vivendo que os escritores, em nosso país, aproximam-se da vida, isto é do que os rodeia, da terra, da gente, dos dramas e dos problemas próprios do nosso meio e do nosso tempo, elaborando uma literatura peculiar, original, brasileira. É tão-somente por isso é que nos distanciamos da periodicidade adotada, com suas poucas variações, para obedecermos ao critério histórico, mostrando como o desenvolvimento literário em nossa terra obedeceu às contingências econômicas, políticas e sociais que lhe impuseram um período colonial, na vigência da subordinação à metrópole, um período de elaboração nacional, na vigência de uma estrutura econômica levantada na fase de subordinação, e um período, ainda recente, caracterizado como nacional, quando o Brasil adquire os traços que definem a nação, entre os quais se destaca, pela sua importância, o da participação do povo na obra nacional, inclusive literária pelo conhecimento e pelo interesse com que começa a encará-la e recebê-la.<sup>21</sup>

Ao abordar o problema das manifestações literárias no período colonial, dois aspectos são considerados essenciais: o isolamento e a transplantação. A divisão central da sociedade colonial

entre os grandes proprietários rurais e a massa crescente de escravos teria proporcionado por muito tempo um esvaziamento das zonas intermediárias. “De permeio, praticamente, nada existe – não existe espaço para o trabalho livre, não existe povo, e não pode existir, assim, uma classe média. E nem existe, de outra parte, qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia”<sup>22</sup>.

O isolamento (social e geográfico) estava intrinsecamente ligado ao processo de transplantação cultural. Os trabalhos eram impressos na metrópole e precisavam também de permissões para circular. Dessa maneira, ambiente considerado refratário à vida intelectual fez com que todas as manifestações literárias até o segundo século de colonização sejam consideradas pelo ilustre historiador marxista como meras fontes de informações e o período em questão como uma espécie de pré-história literária.

É sob essa perspectiva que, no livro em questão, é visto o Arcadismo. Vale notar que tal abordagem foi alvo de críticas de autores que nela enxergaram uma excessiva redução do movimento árcade, não só em termos artísticos, como também pelo que representou de tentativa de articulação da intelectualidade, ainda que local, àquela altura da história colonial<sup>23</sup>.

Em sua análise, Nelson Werneck destaca o surgimento da mineração como um elemento importante de mudança na sociedade colonial. Dentre os fatores elencados, “o mais importante deles foi, sem dúvida, o esboço de um mercado interno que não tivera, até aí, representação e importância prática”<sup>24</sup>. O estímulo à circulação de mercadorias, ao trabalho livre e uma certa vida urbana também são citados pelo autor. Mas isso ainda não representava uma alternativa efetiva ao estatuto colonial vigente.

A proposta representada pelo Arcadismo de apropriação da simplicidade clássica, de valorização da natureza e de uma idealização da vida campesina é criticada pela sua “falsidade evidente”. O historiador trata da impossibilidade de realização dessa proposição de retorno ao clássico, tanto na metrópole quanto na colônia. Além disso, “o letrado permanecia distante da terra como da gente. Não participava, não sentia os seus problemas, do ponto de vista da criação artística. Alguns sinais disso não constituem senão exceções”<sup>25</sup>.

O Romantismo também, ao contrário do que se pudesse supor, não é considerado um movimento identificado com uma produção literária nacional mais autônoma e com traços próprios. Para o autor, o processo de autonomia política com a Independência não conduziu à

derrocada a estrutura colonial de produção. As raízes burguesas do Romantismo europeu se dissipavam diante de uma realidade marcada pelo domínio da classe de proprietários territoriais.

Daí a falsidade dos quadros urbanos que o romantismo brasileiro oferece, a exuberância dos quadros rurais, o carregado violento da cor, o pitoresco levado à espetaculosidade, o recurso à paisagem física e, finalmente, com coroamento específico, o indianismo, saída espontânea para um contraste irreduzível<sup>26</sup>.

Podem-se avolumar os exemplos. Para o autor, nação e literatura nacional caminham juntas. Inscrito nesse debate, um tema que recebe uma análise mais detalhada e um capítulo específico é o da transplantação cultural. O autor se reporta a essa questão desde os primeiros episódios da Independência para combater “a imitação indiscriminada de modelos” institucionais, jurídicos ou literários. O processo de afirmação da literatura nacional requer o rompimento com a lógica de transplantação cultural propugnada pela ideologia do colonialismo.

A transplantação é um fenômeno específico do sistema colonial. Não é um caso particular do Brasil. Dentro do sistema colonial, não há outra solução. Podemos, desde já, avançar, pois, a conclusão de que só a eliminação dos restos de colonialismo que permanecem na estrutura brasileira é capaz de permitir criações originais, nacionais, brasileiras, em todos os campos, e que aqueles restos representam o trambolho, o entrave, o impedimento para que tenham pleno domínio as condições em que a transplantação deixará de ser um problema.<sup>27</sup>

No segundo número da revista *Literatura*, editada pelo intelectual comunista Astrojildo Pereira, publicado em outubro de 1946, Nelson Werneck Sodré publica o ensaio “O post-modernismo”. Nesse ensaio, ele apresenta algumas reflexões sobre o modernismo e a consolidação da literatura nacional que serão retomados na terceira edição da *História da Literatura Brasileira*.

Ele avalia o movimento modernista de 22 com um aspecto mais positivo por suas denúncias do que pelas inovações trazidas. Duas idéias presentes no texto adquirem uma importância singular. Uma delas diz respeito à correspondência entre a tarefa de criação e o público. Isto é, a aceitação popular como uma referência legítima a ser considerada na apreciação de uma obra literária. E outra seria a preocupação com o caráter nacional e popular do romance.

Ao pretender ressaltar a especificidade de um “movimento renovador” no romance brasileiro a partir dos anos 30, estabelece uma interessante abordagem da questão:

Se um dos sinais exteriores mais evidentes do movimento foi o aparecimento do romance como gênero normal para tradução literária dos problemas humanos, a marca íntima fixou-se, sem dúvida, na particularidade do romance revestir-se de um caráter nacional e popular<sup>28</sup>.

Por outro lado, é preciso deixar explícitas algumas importantes limitações do texto. Por exemplo, a redução do aspecto nacional e popular no romance ao regionalismo ou a vinculação mais estreita da literatura com as mudanças econômicas e sociais, levando-o a crer que “a literatura brasileira começa em 1930 – tudo o que ficou para trás é uma espécie de proto-história, confusa, desordenada, com valores isolados a que é necessário recorrer, sem dúvida, mas que, em conjunto, muito pouco representa”<sup>29</sup>.

Um balanço mais contundente e profundamente crítico do modernismo já tinha sido feito por Mário de Andrade na conferência realizada no auditório da biblioteca do Itamaraty em comemoração aos vinte anos da Semana de Arte Moderna de 1922. O movimento modernista, “de que a Semana de Arte Moderna ficou sendo o brado coletivo principal”, é analisado como uma “reverificação e mesmo remodelação da Inteligência nacional”<sup>30</sup>.

Ele reforça o caráter de ruptura, em relação aos princípios e técnicas anteriores, e de revolta contra a chamada inteligência nacional predominante. Em virtude disso, vai destacar três princípios fundamentais que se deverão se fundir no movimento modernista: “O direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência nacional criadora”<sup>31</sup>.

Na condição de um de seus epígonos, a comparação do movimento modernista brasileiro com o romantismo enquanto “movimento espiritual (não falo apenas escola de arte)”, integrando a arte com a atualização da afirmação da nacionalidade, implica uma compreensão bastante concreta acerca da relação entre arte e sociedade:

Este espírito preparou o estado revolucionário de que resultou a independência política, e teve como padrão bem briguento a primeira tentativa de língua brasileira. O espírito revolucionário modernista, tão necessário como o romântico, preparou o estado revolucionário de 30 em diante, e também teve como padrão barulhento a segunda tentativa de nacionalização da linguagem. A similaridade é muito forte.<sup>32</sup>

Ainda assim, o seu discurso não é apologético. Ao contrário, suas declarações são duramente autocríticas: “Meu aristocratismo me puniu. Minhas convicções me enganaram”. Provavelmente marcado pelo contexto do Estado Novo e da Segunda Grande Guerra, expressa a sua insatisfação com a atitude de muitos modernistas, dentre os quais se inclui, diante da “vida contemporânea”. Por isso, acredita que era necessário “ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está”<sup>33</sup>.

A análise crítica de Nelson Werneck Sodré sobre o movimento modernista, desenvolvida no ensaio de 1946 e retomada na terceira edi o do seu livro sobre a história da literatura brasileira, nos reporta ao problema da periodicidade histórica. A maneira como o autor procura construir a sua interpreta o do processo pelo qual o Brasil pode ser considerado uma na o   decisiva para compreender a conforma o de uma literatura propriamente nacional.

As condi es objetivas e subjetivas a serem proporcionadas para a consolida o de uma literatura nacional colocavam em relevo o problema da revolu o burguesa no Brasil. A originalidade e as suas adequadas formas de expressão não surgem quando os autores assim o desejam, mas “no período próprio, quando as condi es sociais permitem”. Dessa maneira, o autor acredita que “só a partir da terceira década do século XX (...) tais condi es se completariam, de sorte a permitir autenticidade em nossas manifesta es literárias”<sup>34</sup>.

Nas recentes edi es da *História da Literatura Brasileira*, encontram-se no último capítulo considera es sobre as diversas conjunturas da vida política nacional a partir de 1930. O autor   contundente ao criticar o que chama de rea o formalista que atinge o seu auge com o golpe militar de 1964. Por fim, o nacionalismo de corte democrático e popular do ilustre historiador marxista   reafirmado ao anunciar a nova fase que acredita estar chegando:

A crise do formalismo, que também se aproxima do fim, na medida em que a cultura brasileira avança e se afirma como original e capaz de expressar as condi es e os problemas de nosso povo, aconchegou-se, naturalmente, a formas autoritárias de exercício do poder, intrinsecamente obscurantistas. De qualquer maneira, a afirma o e o desenvolvimento da literatura brasileira, como de todas as manifesta es da cultura de nossa gente, está indissolavelmente associado a tudo o que as afirmar como de conteúdo nacional e popular.<sup>35</sup>

## Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Mário de. Aspectos da Literatura Brasileira. São Paulo: Martins, 1974.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CARONE, Edgar. *O PCB (1922-1943)*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.
- CUNHA, Paulo Ribeiro. *Um olhar à esquerda*. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/FAPESP, 2002.
- CUNHA, Paulo, Ribeiro da e CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.
- FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FREDERICO, Celso. “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. II, Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1995, pp. 183-221.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GAIO, André Moysés. *Uma teoria da independência: história e revolução em Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC/SP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- GHISOLFI, Alda Maria. “Astrojildo Pereira e Nelson Werneck Sodré: um diálogo gauche na História da Literatura Brasileira”. *Letras de hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, nº 101, set. de 1995, pp. 159-164.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vols. 1 a 6, 2001-2.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- HOSBAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- LÊNIN, V.I. *Cultura e Revolução Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, Georg. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Realismo Crítico Hoje*. Brasília: Coordenada-Editora de Brasília, 1969.
- MALLARD, Leticia et. al. *História da Literatura: ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, vols. 1 a 3, 1961-3.
- NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Apresentação”. In: *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. IX.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro: CEB, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis. Ensaio e Apontamentos Avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Crítica Impura (Autores e Problemas)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Partido Comunista, cultura e política cultural*. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo, FFLCH/USP, 1986.
- SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1938.
- \_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi Ltda, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.
- \_\_\_\_\_. O Post-Modernismo. *Literatura*. Rio de Janeiro, Ano I, nº2, outubro de 1946, p.4-13.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos da estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Literatura e História no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *As idéias estéticas de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

---

### Notas:

<sup>1</sup> Doutor em História (UERJ) e professor do Centro Universitário Metodista Bennett.

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Em Defesa da Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.91.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p.91-92.

<sup>4</sup> Referindo ao livro citado de Sodré, Carlos Eduardo Ornelas Berriel afirma que “há um fato pouco lembrado, o de que essa obra deve ser colocada no conjunto dos grandes ensaios da década de 1930, que coincidiram no estudo da formação da nação brasileira: aí estão, em ordem de aparecimento, *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado (1928), *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1933), *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda”. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. “Literatura e nação em Nelson Werneck Sodré”. In: CUNHA, Paulo Ribeiro e CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 287. Cabe observar que ele inclui indevidamente o livro de Paulo Prado nos ensaios da década de 1930 e confunde a data do livro *Evolução Política do Brasil* (1933) com a de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior.

<sup>5</sup> CÂNDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, p. XI.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Seus Fundamentos Econômicos. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1938, p. 235.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 236.

<sup>8</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p.8-9.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p.6-7.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 8 e 116.

<sup>11</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Em Defesa da Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.273.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p.355 e ss.

<sup>13</sup> TOLEDO, Caio Navarro. “Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré”. In: SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001, p. 47.

<sup>14</sup> “Declaração sobre a política do PCB (março de 1958)”. In: CARONE, Edgar. *O PCB (1922-1943)*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, p. 178.

<sup>15</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Apresentação”. In: *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. IX.

<sup>16</sup> Tais mudanças operadas no pensamento de Nelson Werneck Sodré são particularmente discutidas por KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 75-

---

76; NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 197-201; GAIO, André Moisés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 102-107.

<sup>17</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 1995, p. 2-3.

<sup>18</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Seus Fundamentos Econômicos. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, 1938, p. 191.

<sup>19</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 1995, p. 503-504.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 3.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p.25-26.

<sup>22</sup> Idem, ibidem, p. 43.

<sup>23</sup> BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Op. Cit., p. 293. MALLARD, Leticia et. al. *História da Literatura: ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p.68-71.

<sup>24</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 1995, p.101

<sup>25</sup> Idem, ibidem, p. 107.

<sup>26</sup> Idem, ibidem, p. 201-202.

<sup>27</sup> Idem, ibidem, p.480-481.

<sup>28</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. “O Post-Modernismo”. *Literatura*. Rio de Janeiro, Ano I, nº2, outubro de 1946, p.6.

<sup>29</sup> Idem, Ibidem, p. 11.

<sup>30</sup> ANDRADE, Mário de. Aspectos da Literatura Brasileira. São Paulo: Martins, 1974, p. 231.

<sup>31</sup> Idem, ibidem, p. 242.

<sup>32</sup> Idem, ibidem, p. 250.

<sup>33</sup> Idem, ibidem, p. 253-254.

<sup>34</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 1995, p.522-523.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, p. 670